

A Lógica Das Ciências Sociais E Objetividade Científica: O Criticismo De Popper Como Ferramenta Para Superação Da Ideologia

Francisco José Guimarães Peixoto

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Email: franzeguimaraes@yahoo.com.br

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Email: anaxmendes@icloud.com

Monica Mota Tassigny

Doutora em Sócio-Economie du développement - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado) da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Email: monicatasigny@unifor.br

Resumo: O presente artigo utiliza o método dedutivo em pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar o pensamento de Karl Popper sobre objetividade e ideologia exposto na obra *Lógica das Ciências Sociais* em face da questão sobre quais mecanismos podem ser utilizados na pesquisa científica em ciências humanas aptos a superar o obstáculo epistemológico da ideologia. Para tanto, no primeiro tópico, introduz-se o tema da ideologia e as várias conceituações resultantes da evolução das investigações a tal respeito. No segundo tópico, examina-se criticamente as teses descritas n'A *Lógica das Ciências Sociais* de Popper. Por derradeiro, são enunciadas as conclusões obtidas.

Palavras-chave: Obstáculo epistemológico. Objetividade científica. Ideologia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

A Lógica Das Ciências Sociais E Objetividade Científica: O Criticismo De Popper Como Ferramenta Para Superação Da Ideologia

Francisco José Guimarães Peixoto

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

Monica Mota Tassigny

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da objetividade da pesquisa em ciências sociais – e, pois, sobre a própria natureza científica do conhecimento produzido nessa seara – está longe de perder a atualidade. Nos primórdios do racionalismo, a utilização de métodos de investigação próprios das ciências da natureza no âmbito das pesquisas elaboradas pelas ciências humanas figura como primeira tentativa de reabilitação do prestígio das ciências sociais por meio da busca do rigor metodológico nesse campo da pesquisa científica.

Em face da complexa matéria-prima das ciências humanas ou sociais, nestas a questão acerca dos limites e possibilidades do conhecimento científico formulada por Bacon e Descartes – principalmente no que pertine à objetividade – assoma com maior vigor. Nessa lógica, um dos aspectos problemáticos acerca da exigência de objetividade na pesquisa científica no âmbito das

ciências sociais é a superação da ideologia enquanto obstáculo epistemológico.

Com efeito, a objetividade é o que garante o mais preciso conhecimento do objeto da pesquisa. Em ciências humanas ou ciências da vida, tal objeto é um recorte da vida humana nas áreas do Direito, Sociologia, História, Economia etc. Nesse sentido, a identificação e neutralização da visão ideologicamente comprometida acerca da realidade é uma das mais importantes etapas para atingimento da medida de objetividade almejada pela ciência, visto que a ideologia elude o conhecimento do real independentemente da vontade do sujeito cognoscente.

Desde a negação do *status* científico às ciências sociais com fundamento na impossibilidade de produção de conhecimento objetivo - que caracteriza o desvio do racionalismo em cientificismo naturalista - até o enfoque epistemológico do tema empreendido por Karl Popper na *Lógica das Ciências Sociais*, o estatuto da objetividade científica tem evolvido com claras, mas pouco debatidas repercussões em matéria de construção de mecanismos para suplantar a ideologia enquanto obstáculo epistemológico.

Nessa ordem de ideias, problematiza-se neste trabalho a possibilidade de enfrentamento da ideologia na pesquisa científica em ciências sociais. Em razão da dificuldade maior que a questão alberga no âmbito das ciências humanas e da proeminência de Karl Popper na epistemologia contemporânea, faz-se um recorte da visão deste filósofo a respeito das ferramentas metodológicas aptas a combater a ideologia que compromete a objetividade no âmbito das ciências sociais.

Assim, o presente artigo utiliza o método dedutivo em pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar criticamente o pensamento de Karl Popper sobre objetividade e ideologia exposto na obra *Lógica das Ciências Sociais*, em face da questão sobre quais mecanismos podem ser utilizados na pesquisa científica elaborada no nicho das ciências humanas em ordem a superar o obstáculo

epistemológico da ideologia e, destarte, atingir a medida de objetividade possível e necessária.

Para tanto, no tópico 1, introduz-se o tema da ideologia e as várias conceituações resultantes da evolução das investigações a tal respeito. No tópico 2, examina-se criticamente as teses descritas n’A *Lógica das Ciências Sociais* de Popper. Por derradeiro, são enunciadas as considerações.

2 CONCEITO DE IDEOLOGIA. IDEOLOGIA E REALIDADE. IDEOLOGIA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO. IDEOLOGIA E LEGITIMAÇÃO DO PODER

A ideologia desafia uma abordagem honesta. Consoante Paul Ricoeur (2015, p.17), “[...] ela nunca é assumida na primeira pessoa; ela é sempre a ideologia de um outro qualquer. Ninguém se reconhece com apanhado na ideologia”. Essa visão sobremaneira negativa a respeito da ideologia advém dos conceitos de ideologia formulados por Marx em suas obras *Crítica da filosofia do direito de Hegel, Manuscritos de 1844* e *A ideologia alemã*.

Realmente, Marx constrói sua primeira noção de ideologia ao adaptar a concepção de Feuerbach acerca do cristianismo como visão invertida da realidade. Para Feuerbach (2009), os seres humanos criam a divindade, mas invertem sua percepção da realidade e passam a crer que foram criados por ela. Marx amplia o paradoxo da inversão de Feuerbach e aplica-o a toda a visão de mundo do ser humano. Nessa fase da teoria marxista acerca da ideologia, esta consiste apenas numa percepção distorcida que induz à inversão da realidade.

Posteriormente, quando o socialismo marxista é delineado como teoria científica, o conceito de ideologia desprende-se paulatinamente da ideia inicial - segundo a qual ideologia contrapõe-

se à realidade - e assume outra significação. Ideologia, para Marx e para os teóricos influenciados pelo marxismo, passa a significar aquilo que é contrário à teoria marxista, ou seja, a oposição deixa de ser entre ideologia e realidade e transforma-se numa oposição entre ideologia e ciência.

Todas as interpretações empíricas ou científicas da realidade social desvinculadas da ciência delineada na obra paradigmática *O Capital* são apontadas pelo marxismo de ideológicas. Nesse ponto do debate filosófico, Marx sustenta que - além do idealismo alemão - a sociologia positivista de Auguste Comte e o socialismo utópico de Proudhon, Saint-Simon, Fourier *et cetera* são elaborações ideológicas.

Nessa fase do desenvolvimento da teoria da ideologia, Engels inclusive constrói uma vigorosa oposição entre o que considera ser socialismo utópico (não marxista) e socialismo científico (marxista), nomenclatura que deixa inequívoca a noção de exclusão entre ideologia e ciência estabelecida pelos marxistas.

A progressiva extensão do conceito de ideologia pode ser ilustrada pela posição de Althusser, teórico do marxismo estruturalista (corrente do marxismo que nega qualquer relevância ou direito ao sujeito individualmente considerado) segundo o qual até os escritos do jovem Marx são ideológicos na medida em que defendem pretensões do trabalhador enquanto indivíduo (RICOEUR, 2015).

Como fechamento do ciclo marxista da teoria da ideologia, desenvolve-se o conceito de ideologia como mecanismo de legitimação do poder da classe dominante. De acordo com essa concepção, a ideologia seria a resultante do processo social no qual as forças de dominação e relações de produção (infraestrutura), mascaram a realidade como se fora natural e não uma construção histórica, e, assim, desenvolvem através da cultura, do Direito, da política, da religião, das instituições (superestrutura) as ideias que possibilitam a perpetuação do projeto de poder implantado.

O marxismo, portanto, fornece três noções básicas sobre ideologia: distorção da realidade, deturpação da ciência e instrumento de legitimação do poder da classe dominante. Denominador comum de todas elas é haverem sido elaboradas no bojo de teorias que – como era usual na época em que vieram à luz – pensavam o conhecimento como resultado de um ato individual do sujeito cognoscente diante do objeto.

Sob influência do racionalismo de Bacon, Descartes e Kant – fundado sobre a ideia do conhecimento como algo elaborado por um sujeito cognoscente isolado na análise do objeto, postura denominada como paradigma da filosofia da consciência –, os filósofos do século XIX e início do século XX estendem erratically a abrangência da ideologia, a qual foi sendo paulatinamente percebida como um vício que endoa quase toda a produção científica (LIMA; PEREIRA, 2017).

Descrita unicamente como um vício contrário à neutralidade científica, a todas as abordagens sobre ideologia desse período subjaz a ideia de que ela poderia ser evitada por um cérebro arguto e vigilante. Enquanto prevaleceu o paradigma da filosofia da consciência – que entende o conhecimento como um evento solipsista, ou seja, uma experiência entre sujeito cognoscente isolado e objeto do conhecimento, houve uma espécie de extensão de diagnóstico de contaminação de inúmeras teorias pela ideologia, a qual não era vista sob nenhum prisma positivo ou aceitável (OLIVEIRA, 1996).

Da religião à sociologia positivista e utópica, passando pelo idealismo alemão e mesmo pelos escritos do jovem Marx, tudo é considerado pejorativamente ideológico. A ideologia é a subjetividade inaceitável, a contaminação do objeto puro pelo sujeito impuro, a doença que fulmina a cientificidade do conhecimento, mas para a qual todas as teorias oferecem a cura definitiva.

Nesse ponto de tensão máxima entre ciência e ideologia, surge o paradoxo de Mannheim, resultado da reflexão a respeito da progressiva extensão da ideologia, sob o prisma marxista. Segundo

Karl Mannheim, é inviável estabelecer um estatuto epistemológico sobre a ideologia, pois todo discurso é ideológico (RICOEUR, 2015). Nessa ordem de ideias, notadamente as teorias autodenominadas anti-ideológicas - por colocarem seus autores num falso patamar de superioridade onde não seriam movidos por nenhum interesse, vontade ou emoção – são ideológicas.

Como ilustração do paradoxo, as teorias declaradamente anti-ideológicas – a exemplo da Teoria Pura do Direito de Kelsen - são fruto da ideologia cientificista que marca inúmeras formulações teóricas influenciadas pelo positivismo filosófico de Comte. Arnaldo Vasconcelos enfatiza o evidente teor ideológico da Teoria Pura do Direito, dentre outros fatores, em face da ideia kantiana da inexistência de um ponto superior de observação da realidade tal como ela é, o que revela a presunção das teorias que se pretendem puras (VASCONCELOS, 2006).

2.1 Novo enfoque epistemológico da ideologia

O paradoxo de Mannheim é o nó górdio da teoria da ideologia e, portanto, um dos desafios da epistemologia contemporânea, visto que, da elaboração de um estatuto epistemológico que oriente a produção científica no sentido de mitigar ao máximo os elementos ideológicos do cientista, decorre a exequibilidade de formulações teóricas com rigor científico (RICOEUR, 2015).

Nesse sentido, algumas respostas podem advir da análise da evolução operada na filosofia da linguagem e na hermenêutica filosófica entre o final do século XIX e o início do século XX. A linguisticidade do pensamento defendida por ambas supera a concepção de que o conhecimento é uma atividade entre um sujeito cognoscente e o objeto (MOREIRA, 2012).

O postulado essencial da descoberta da relação simbiótica entre linguagem e conhecimento consiste na ideia de que o pensamento é linguagem – uma ferramenta construída cultural e convencionalmente na interação do ser humano. Assim, raciocinar acerca do objeto não é um ato isolado do sujeito cognoscente, mas sim algo concretizado usando-se elementos coletivamente elaborados e transmitidos na linguagem.

O ser humano não pensa primeiro para depois inserir os signos e referenciais linguísticos, pois nada se pensa antes nem fora da linguagem. Sendo um dado cultural, convencional e coletivo que carrega o conjunto de visões, costumes e tradições de um grupo de seres humanos, a linguagem condiciona o pensamento de todos a reproduzir, na interpretação do mundo, pelo menos inicialmente, os elementos prévios nela assimilados.

Essa descoberta acarreta o abandono do paradigma da filosofia da consciência pelo paradigma da filosofia da linguagem – tendência contemporânea denominado giro ou reviravolta linguístico-filosófica, cuja consequência mais relevante no que pertine à epistemologia é possibilitar uma abordagem da ideologia capaz de suplantar o paradoxo de Mannheim.

2.1.1 Reviravolta linguística e crítica da ideologia

Realmente, o influxo da reviravolta linguístico-filosófica, que rompe com o padrão de racionalidade que encarava a linguagem como mero instrumento para designação dos objetos posterior ao raciocínio - denominado paradigma de racionalidade da filosofia da consciência, substituindo-o pelo padrão de racionalidade da filosofia da linguagem, segundo o qual a linguagem é onde ocorre o conhecimento, repercute profundamente na concepção de ideologia (HABERMAS, 2000).

Hamann, Herder e Humboldt iniciam o processo de abandono do modo instrumental de pensar a linguagem adotado pela metafísica clássica, para a qual uma coisa podia ser pensada e, somente em seguida, ter elaborada linguisticamente sua significação. A análise da linguagem evolui no sentido da consideração da identidade entre pensamento e linguagem, portanto, no sentido da visão da linguagem como condição de possibilidade do conhecimento e como unidade que funde sujeito cognoscente e objeto em uma só estrutura, constituindo tanto um quanto o outro (CORETH, 1973).

Consoante à reviravolta linguístico-filosófica, o conhecimento ocorre na linguagem, que integra o ser de quem conhece. O intérprete (sujeito cognoscente) projeta mediante a linguagem toda sua carga de subjetividade sobre o objeto, constituindo-o pelo menos parcialmente com essa projeção. Mas essa subjetividade nada tem de individual, pois vem carregada de uma bagagem cultural intersubjetiva inerente à linguagem, que, assim, no ato de conhecer, revela tanto intérprete quanto coisa interpretada, permitindo a ele conhecer-se e conhecer.

Corolário dessa vertente de pensamento é, primeiramente, a ratificação da percepção de Kant de que inexiste uma diferenciação absoluta entre sujeito e objeto no processo de compreensão. A linguagem – que possibilita e condiciona o conhecimento do objeto – não admite a interpretação sem projeções subjetivas, muito embora, como já explicitado, essa carga de subjetividade transmitida pela linguagem seja o resultado da assimilação cultural de experiências coletivas.

Em segundo lugar, a descoberta de que não pensamos em algo para depois inserir-lhe uma designação ou moldura linguística, causa a superação completa da crença na ideia da possibilidade de compreensão do objeto pelo sujeito sem nenhuma interferência oriunda da subjetividade do intérprete. Relativamente à ideologia, a linguisticidade do pensamento demonstra que a projeção ideológica inicial é uma etapa indefectível do conhecimento.

Nesse sentido, a hermenêutica filosófica de Heidegger e Gadamer, que se desenvolve paralelamente e em harmonia com a

reviravolta linguística, contribui outrossim para essa nova percepção acerca da ideologia (PALMER, 1969). Heidegger repercute com pioneirismo as descobertas da filosofia da linguagem ao evidenciar que a linguagem é um existencial do ser - aí e não uma terceira coisa que se interpõe entre o ser e o mundo (APEL, 2000).

Gadamer (1997), discípulo que deu continuidade à hermenêutica filosófica de Heidegger, a pré-compreensão (categoria originariamente identificada por Schleiermacher) - que engloba posição prévia, visão prévia e concepção prévia -, é onde residem a visão de mundo, experiências, preconceitos e tradição cultural transmitidos na linguagem e com as quais se inicia o processo da interpretação.

Portanto, a categoria da pré-compreensão - basilar na hermenêutica de Schleiermacher, Heidegger e Gadamer - é sítio da ideologia, componente da bagagem com a qual principia-se a compreensão. Conforme Heidegger e Gadamer, é na pré-compreensão, na tradição linguisticamente partilhada, que se encontra a ideologia e outros condicionamentos inerentes ao sujeito cognoscente enquanto membro de uma comunidade linguística de sentido determinada no tempo e no espaço.

Nessa ordem de ideias, a hermenêutica filosófica não somente firma a noção de unidade entre pensamento e linguagem que fulmina o solipsismo (ou paradigma da filosofia da consciência) na teoria do conhecimento. Por meio dela, igualmente, desvela-se o papel essencial da linguagem como veículo da tradição dentro do processo da compreensão, a saber, como depósito dos elementos prévios, concomitantes e posteriores à interpretação, a exemplo da ideologia. Dos postulados da nova hermenêutica decorre que a linguagem consubstancia (e difunde coletivamente) o material que permite conhecer e que a ideologia, para assombro de muitos, é um deles.

Assim, no que pertine especificamente à teoria da ideologia, importa ressaltar que a hermenêutica filosófica reconhece ao complexo de conhecimentos prévios, preconceitos, opiniões, idiosincrasias, visão de mundo e, portanto, também às ideologias

que vicejam na comunidade de sentido do intérprete, o *status* de condições de possibilidade do início do processo de conhecimento.

O giro linguístico-filosófico, por conseguinte, representa uma revolução nos estudos sobre ideologia por descortinar que a linguagem está no ser, o qual 'nela' interpreta o mundo, bem como por esclarecer que, diante da coisa a ser interpretada, o intérprete não prostra-se com uma mente vazia, como se fora uma folha de papel em branco, mas, ao contrário, nutre sempre alguma visão prévia, dentro da qual reside a ideologia compartilhada pela comunidade de sentido do sujeito cognoscente.

Todavia, importa frisar que o reposicionamento da ideologia como elemento indefectível – logo, nem sempre ou não completamente negativa do processo de conhecimento – não extingue a possibilidade da realização de ciência, pois quando o intérprete é consciente da existência da pré-compreensão e do papel limitado que seus componentes devem desempenhar no processo interpretativo, abre seu horizonte significativo para apreender mais do horizonte significativo da coisa a ser interpretada. É nessa fusão horízontica consciente e voltada a aceitar aquilo que o objeto diz de si mesmo (o que causa estranheza e choque ao intérprete), que se atinge a compreensão mais próxima possível da coisa investigada (GADAMER, 1997).

Eis porque, para a hermenêutica filosófica, a ideologia é não somente uma carga inicial necessária do ato de conhecer. O intérprete participa da experiência da compreensão, mesmo após a etapa inicial do processo de compreensão, com um horizonte significativo composto pelos conhecimentos acumulados ao longo da vida, preconceitos, formação moral e intelectual, intuições, personalidade etc., em suma, com a tradição, no sentido daquilo que lhe é transmitido culturalmente na linguagem - embora seja próprio da fusão horízontica a limitação máxima possível da influência da tradição para além da fase inicial da interpretação.

Estabelecida, destarte, a primeira visão positiva de ideologia pela hermenêutica filosófica, o surgimento da Escola de Frankfurt e

da hermenêutica crítica resgatam parcialmente a visão negativa do marxismo sobre o tema, notadamente por meio de Apel e Habermas, que elaboram uma profícua problematização de alguns postulados da hermenêutica filosófica, ao enfatizar primordialmente a necessidade de elaboração, pelo próprio intérprete, de uma crítica da ideologia que lhe é inerente (STRECK, 2002).

Desse modo, no que respeita diretamente à teoria da ideologia, Habermas questiona a posição exacerbadamente superior, acima da crítica racional, em que a hermenêutica filosófica situa a tradição, numa reafirmação genuína da autoridade sobre a razão, e sustenta que Heidegger e Gadamer deveriam, com vistas à emancipação do homem do projeto de dominação capitalista, enfatizar a necessidade de identificação e questionamento da ideologia com a qual é realizada a compreensão (BLEICHER, 2002).

Apel, por seu turno, lança luzes sobre o desprestígio que a hermenêutica de Gadamer vota à razão em favor da autoridade da tradição, ao aduzir que ela não preconiza nenhuma reflexão crítica acerca daquilo que a tradição faz emergir a respeito da coisa na pré-compreensão. Para Apel, na hermenêutica filosófica de Gadamer, a razão do intérprete é colocada em uma posição de inferioridade, comprimida entre o que é projetado pela tradição e aquilo que a própria coisa comunica. Ao deixar tão pouco espaço a uma reflexão crítica, Heidegger e Gadamer revelam a faceta conservadora e, particularmente com respeito à supremacia da autoridade da tradição sobre a razão do intérprete, dogmática (APEL, 2000).

Nesse diapasão, Apel e Habermas debruçam-se sobre a interpretação já empreendida e procuram confrontá-la com as razões – econômicas, políticas, sociais etc. - que determinam o intérprete a pensar desta ou daquela maneira, atribuindo a tal especulação a denominação de ‘crítica da ideologia’, a qual parte da premissa de que a pré-compreensão pode estar distorcida por imposições da infraestrutura capitalista, a qual impõe arbitrariamente sua ideologia ao intérprete, impedindo-o de emancipar-se, de pensar e agir livremente, razão pela qual seria necessário questionar essa

influência a fim de escoimá-la e assegurar a emancipação social por meio da libertação do pensamento (BLEICHER, 2002).

Relativamente ao condicionamento da interpretação por fatores econômicos, a base teórica marxista da hermenêutica crítica faz-se sentir de modo acentuado. A hermenêutica crítica revigora a sociologia marxista no tocante à descrição da ideologia de dominação como superestrutura que permite a exploração pacífica do trabalhador. Os filósofos críticos da Escola de Frankfurt consideram a ideologia, no contexto do sistema capitalista, um fator de descrição ilusória da realidade que, por meios da difusão do “conhecimento falso”, influencia os membros da classe subjugada a subordinarem seus interesses à continuação de um sistema social injusto, que oculta suas contradições através do véu das explicações pseudo-científicas (BLEICHER, 2002).

Por via de consequência, após reconhecer a inafastabilidade inicial da repercussão das posições ideológicas no ato de conhecer, ou seja, após admitir a impossibilidade de o intérprete empreender (pelo menos inicialmente) a compreensão desvinculado da ideologia partilhada linguisticamente pela comunidade de sentido que ele integra, a teoria da ideologia incorpora a crítica da ideologia como etapa necessária à obtenção de uma visão mais aproximada da realidade ou de uma interpretação autêntica, conforme a terminologia de Heidegger (HABERMAS, 2012).

Verifica-se, pois, que a crítica da ideologia almeja tornar transparente as influências do sistema capitalista que determinam desde o início a interpretação, tornando-a inexoravelmente incorreta e, assim, neutralizá-las, permitindo ao intérprete realizar – livre de coações e engodos – a compreensão do objeto do conhecimento. Logo, a hermenêutica crítica insurge-se contra todas as eventuais armadilhas à liberdade de compreensão na linguagem (STEIN, 1997).

Destarte, o giro linguístico, a hermenêutica filosófica e a hermenêutica crítica têm como corolário a sedimentação de ideias relevantes para o entendimento do posicionamento atual da ideologia no cenário da ciência. Primeiramente, a ideia de unidade entre

pensamento e linguagem. Em segundo lugar o entendimento de que a ideologia faz-se presente indefectivelmente no processo de conhecimento. E, por derradeiro, a visão de que a apreensão de conhecimento é um processo condicionado coletivamente pelos elementos linguísticos da comunidade de sentido do intérprete.

Com efeito, a identidade entre pensamento e linguagem, o conseqüente ocaso do solipsismo na busca do conhecimento - cuja ocorrência passa a ser concebida dentro de uma relação comunicativa intersubjetiva -, consolidam, sem anular as demais, uma nova concepção da ideologia na teoria do conhecimento. Nela, a constituição do sentido/significado do ser é uma experiência da comunidade comunicativa na qual a linguagem transmite, juntamente com a ideologia, todas as demais ferramentas necessárias para a interpretação da coisa.

A mudança de paradigma operada pelo giro linguístico consistente na descoberta do que Habermas denomina razão comunicativa - a qual não concebe o conhecimento como tarefa singular, pertinente ao sujeito cognoscente, mas sim como algo coletivamente elaborado na linguagem, dentro da comunidade comunicativa, bem como a percepção do condicionamento inexorável da interpretação/conhecimento pelos elementos linguísticos (dentre os quais a ideologia), tornam possível não somente a superação do paradoxo de Mannheim, mas a elaboração do novo estatuto epistemológico da ideologia. Nessa lógica, é possível divisar uma ampliação conceitual da ideologia sem o enfoque necessariamente negativo de suas primeiras abordagens (OLIVEIRA, 1996).

2.1.2 Ideologia e cultura: a função integradora da ideologia

Nesse diapasão da noção de ideologia como elemento cultural constitutivo do conhecimento, na fase inicial do processo de

interpretação, os estudos de Clifford Geertz em Antropologia – que não por acaso resultam no surgimento da chamada Antropologia Hermenêutica ou Antropologia Simbólica – absorvem os postulados do giro linguístico e da hermenêutica filosófica descortinando a dimensão constitutiva e integradora da ideologia na linguagem.

Realmente, para Geertz a cultura é um texto cheio de símbolos no qual o ser humano está imerso. Dentro desse texto em que consiste a cultura, a ideologia representa o conjunto de valores e visão de mundo que confere identidade a um grupo, permitindo-o integrar-se. É a cultura com seus símbolos, inclusive com os símbolos e posições prévias trazidos pela ideologia que distingue um grupo dos demais, que permite a interpretação do mundo e a busca do sentido. A ideologia para Geertz, portanto, é um dos sistemas simbólicos abrangidos pela cultura de cada povo. Trata-se de um sistema secundário de símbolos não naturais, transmitidos na linguagem e que possibilitam a compreensão (GEERTZ, 1989).

Geertz direciona seu trabalho para a semiótica e trabalha a inevitabilidade da ideologia no nível do discurso, porém elabora um aprofundamento dos postulados da hermenêutica filosófica e do giro linguístico ao acentuar o papel positivo dos símbolos extrínsecos que a ideologia porta para a compreensão do mundo e integração do ser humano ao meio em que vive (STRECK, 2002).

No mesmo sentido, ao aderir parcialmente ao conceito da ideologia como mecanismo cultural de integração elaborado por Geertz, Ricouer traz a lume outro posicionamento convergente (anterior e, pois, não influenciado por Geertz): a doutrina de Erik Erikson, que encara a ideologia como guardiã da identidade de um grupo e o sistema ideológico como “um conjunto coerente de imagens partilhadas, de ideias e de ideais que [...] fornece aos membros uma orientação geral coerente (RICOEUR, 2015, p. 302)”.

Ainda consoante Ricouer, toda ação social (incluído nesse nicho o pensamento) é simbolicamente mediada, de maneira que, contrariamente ao que defende o marxismo na sua terceira abordagem acerca da ideologia (a saber, como instrumento de

manutenção de poder pela classe dominante), não se pode afirmar que a ideologia seja exclusivamente uma forma de superestrutura.

Complementa Ricoeur que os sistemas simbólicos em geral, e, portanto, a ideologia – os quais fornecem identidade aos grupos humanos e possibilitam a compreensão - pertencem à infraestrutura, uma vez que participam da constituição fundamental do ser humano e não à superestrutura como preconiza a teoria marxista sobre ideologia como ferramenta de dominação de uma classe social por outra.

Logo, para fins didáticos, pode-se identificar duas grandes fases da teoria da ideologia. Primeiramente, a fase marxista desenvolvida sob o paradigma da filosofia da consciência, que fornece três noções básicas sobre ideologia: distorção da realidade, deturpação da ciência e instrumento de legitimação do poder da classe dominante.

Em seguida, a fase linguística, desenvolvida sob os postulados do giro linguístico-filosófico, que fornece quatro definições novas de ideologia: elemento inexorável da pré-compreensão e constitutivo do conhecimento; algo com essas mesmas características mas que deita raízes na superestrutura do sistema capitalista e que, por conseguinte, deve ser submetido a crítica rigorosa para realização de uma compreensão “livre de coações e engodos”; conjunto de símbolos que permite a compreensão, a identidade e a integração de um grupo ao mundo; e, por fim, conjunto de símbolos, pertencente à infraestrutura e não à superestrutura social, que permite a compreensão, identidade e integração de um grupo ao mundo.

Diante dessa resumida explanação sobre a evolução da teoria da ideologia, verifica-se que os sucessivos conceitos captam cada qual uma faceta do mesmo intrincado fenômeno, nem todos eles passíveis de classificação como obstáculo epistemológico. Embora seja inegável o benefício da visão o mais abrangente possível sobre qualquer dos fenômenos estudado, a realização do objeto do presente trabalho, contudo, impõe que o enfoque epistemológico seja realizado apenas

sobre os aspectos da ideologia que comprometem a objetividade na ciência.

Sem perder de vista que as sucessivas conceituações de ideologia revelem fenômenos coexistentes, e não a transformação de uma modalidade em outra, ou a supressão de um tipo de percepção da ideologia por outro, a partir do tópico 2 o destaque do artigo será em torno da incorporação positiva do elemento ideológico imanente ao conhecer, bem como, e muito principalmente, sobre a possibilidade de superação metodológica dos desvios que qualquer uma dessas materializações da ideologia pode acarretar sobre a objetividade científica.

Assim é que, sem descuidar da necessidade de incorporação *sub oculis* do inafastável ingrediente ideológico do processo de conhecimento, a abordagem epistemológica a seguir empreendida, além de ter como paradigma a avançada contribuição de Karl Popper para a teoria da ciência, direciona-se às manifestações negativas da ideologia que colocam em risco a objetividade possível na construção do conhecimento científico.

3 A CONTRIBUIÇÃO DAS TESES DA LÓGICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A EPISTEMOLOGIA

Explicitada a evolução do conceito de ideologia e suas implicações para a teoria da ciência, dentre as quais sobressai a descoberta da inevitabilidade da ideologia em algumas etapas do processo de conhecimento, procede-se no presente tópico ao enfrentamento do problema que subjaz ao presente artigo.

Conforme enunciado na introdução e no tópico anterior, problematiza-se por meio deste trabalho a possibilidade de enfrentamento metodológico da ideologia na pesquisa em ciências sociais enquanto empecilho à objetividade científica. Em outras

palavras, mediante a análise do pensamento de Karl Popper exposto na obra *Lógica das Ciências Sociais*, almeja-se aferir em que medida é possível afastar o obstáculo epistemológico da ideologia no âmbito das ciências sociais (POPPER, 1978).

Na *Lógica das Ciências Sociais*, Popper levanta a questão da necessidade de um método científico próprio para as ciências sociais e o delinea ao longo das vinte e sete teses formuladas na obra em comento. Ao fazê-lo, aborda repetidas vezes o tema da construção da objetividade e mitigação da ideologia em ciências humanas, com o que elabora uma proposta metodológica de aprimoramento da pesquisa científica no âmbito das ciências da vida da qual extraem-se valiosas lições no que concerne ao escopo deste artigo.

Com efeito, notadamente nas teses cinco, seis, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, vinte e vinte e cinco do capítulo A Lógica das Ciências Sociais identifica-se a análise de aspectos metodológicos com vistas a obliterar concepções subjetivas e ideológicas que contrariam o sentido da coisa investigada, à fim de que se possa atingir a objetividade colimada. Igualmente os tópicos IX a XIV do Capítulo “A Racionalidade das Revoluções Científicas” tratam de objetividade científica e ideologia (POPPER, 1978).

Por conseguinte, numa espécie de fechamento da importante ruptura teórica que sua obra representa para com o positivismo e a filosofia analítica, o epistemólogo vienense naturalizado britânico inicia suas considerações pela crítica à festejada aplicação, pelos cientistas sociais, de métodos de investigações próprios das ciências naturais. Para ele, a imensa complexidade e fluidez do objeto das ciências humanas – em comparação com o objeto das ciências naturais e da matemática - determina que possuam um método próprio de investigação.

Nessa vertente, as reflexões de Popper acerca do objeto das ciências sociais, igualmente, apontam que a objetividade é mais difícil de ser alcançada nesse setor do que no âmbito das ciências naturais, pois os cientistas sociais – como ocorre também com outras classes de pesquisadores - têm impregnados valores sociais de sua

própria estrutura social, porém, malgrado essa realidade inegável, debruçam-se a analisar fenômenos cuja percepção, descrição e crítica não podem ser efetivados sem o concurso de fatores ideológicos, pelo menos no princípio do processo da compreensão.

Haja vista que as análises críticas de Popper sobre objetividade e superação de influências ideológicas nas ciências humanas estão simbioticamente colocadas no bojo da sustentação do método que reputa apropriado às pesquisas nessa área contida na *Lógica das Ciências Sociais*, faz-se mister apresentar resumidamente o método recomendado por Popper antes de adentrar-se propriamente no binômio objetividade-ideologia.

Nesse sentido, para Popper toda ciência tem que ser racional e ter um método próprio, em ordem a tornar-se produtiva e inovadora. Enquanto para as ciências da natureza preconiza o original método hipotético-dedutivo, no caso das ciências sociais, Popper defende que deva ser aplicado o tradicional método dedutivo, o qual parte de enunciados gerais para os particulares e, em seguida, aplica a indução como método de verificação ou confirmação.

Como se pode observar, a lógica do sistema dedutivo é a possibilidade de solução de um problema científico por meio de uma dedução válida que leva a uma conclusão válida. Assim, o método dedutivo prescrito por Popper para as ciências sociais deve ser - em razão da exigência de validade - racional, ter um caráter inovador, e, principalmente, no que tange às demandas de objetividade e superação da ideologia do pesquisador, albergar a crítica e o falseamento como etapas necessárias.

Quando utiliza a palavra racional, Popper pretende que tal método procure solucionar problemas do dia a dia da humanidade, a saber, que tenha utilidade prática. O método das ciências sociais deve ser utilizado para resolver problemas, a pesquisa nele elaborada deve conter interesses práticos para a sociedade, anseios que digam respeito a interesses sociais relevantes como a pobreza, o analfabetismo, a falta de clareza e segurança política e jurídica com relação ao cidadão (POPPER, 1978).

Assim, não se deve limitar a pesquisa a problemas teóricos desvinculados de utilidade para a solução de questões importantes do ser humano. Os problemas práticos são os pontos de partida relevantes para a pesquisa científica nas ciências sociais. Aludidos problemas levam à especulação, teorização e a problemas teóricos que induzem a novos problemas práticos e a avanços científicos.

Este certamente é um dos grandes defeitos da pesquisa, e portanto, do método em ciências sociais, pois nas ciências exatas e naturais tal caráter de conexão com a solução de problemas relevantes é bem mais evidenciado.

O método dedutivo das ciências humanas deve, outrossim, possuir caráter inovador. Por conseguinte, as pesquisas em ciências sociais devem ousar nas conjecturas e deduções, bem como na crítica e no falseamento, de maneira a trazer avanços para a humanidade. Principalmente os progressos obtidos nas áreas mais problemáticas da interação social como a pobreza, a fome, a falta de educação, a falta de segurança, a falta de acesso a tratamentos para a saúde, a restrição à liberdade de participação política, enfim, as conquistas científicas no âmbito da carência das chamadas liberdades instrumentais, consoante a terminologia de Amartya Sen (2010), devem ser os objetivos prioritários da pesquisa em ciências sociais.

Nessa ordem de ideias, o método dedutivo delineado por Popper para as ciências humanas deve igualmente submeter as conclusões (juízos sintéticos ou enunciados particulares) obtidas pela análise dos enunciados gerais (juízos analíticos) a rigorosa crítica metodológica, seguida de falseamento. É precisamente nessa etapa que – por meio da necessária refutação – o pesquisador pode empreender o auto-combate do viés ideológico impresso na pesquisa.

A subsequente tentativa de falseamento dos juízos sintéticos (enunciados particulares) consiste na culminância da etapa crítica e simultaneamente no mecanismo de confirmação. Em havendo sucesso no falseamento da conclusão obtida no processo dedutivo, esta deve ser afastada; em superada a fase do falseamento sem

comprovação da falsidade da conclusão, a mesma é confirmada temporariamente (POPPER, 2013).

Nessa lógica, findas todas as etapas do método dedutivo de Popper para a realização de uma pesquisa em ciências sociais, é recomendado pelo epistemólogo de Viena, na instância do debate acadêmico, que efetuem-se incontáveis refutações críticas a todas as conclusões que resistam ao falseamento, assim como a novas tentativas de falseamento, de modo a – na busca da maior medida possível de objetividade –, ao efetivar-se a depuração ideológica da investigação por pesquisadores que dela não participaram, obter-se a teoria mais próxima à verdade.

É assim, segundo Popper, mediante o tratamento dos juízos como conjecturas, da refutação e do falseamento metodológicos que ocorrem os avanços na ciência. Nesse sentido, o pesquisador deve refutar a si mesmo ainda que não vislumbre nenhum equívoco no seu pensamento. Em outras palavras, nas fases da crítica e do falseamento, o cientista deve negar o acerto de suas ideias de todas as formas possíveis, deve coletar a maior quantidade de visões divergentes da sua sobre o objeto da pesquisa - sem desprezar nenhuma das teorias existentes que contradigam a sua própria - e cotejar a teoria criticada com todas as outras, assim como tentar falseá-la com o uso de todas as ferramentas insertas nas teorias divergentes.

Como se observa, é o criticismo metodológico é a chave da superação da ideologia enquanto obstáculo epistemológico ao desvelamento da verdade sobre o objeto da pesquisa. Especificamente no que respeita à ideologia, portanto, Popper verifica como um dos grandes desafios do método dedutivo que delineia para as ciências sociais a questão da objetividade.

O conhecimento objetivo, segundo o filósofo vienense, não pode ser alcançado em sua plenitude, pois a apreensão dos fenômenos sociais pelo pesquisador (como *soy* acontecer com fenômenos naturais) sofre indefectivelmente influências de fatores sociais, filosóficos, políticos e ideológicos.

Para o autor da *Lógica das Ciências Sociais*, o conhecimento nasce de problemas apresentados e os problemas nascem do conhecimento prévio adquirido, não havendo contradição entre nossa ignorância e nosso conhecimento, mas sim uma relação de implicação recíproca e completude. Nessa ordem de ideias, a objetividade nas ciências sociais está no seu método crítico, na aplicação deste método, que impõe ao cientista social uma solução, mesmo que temporária, a problemas que surgem da tensão entre ignorância e conhecimento.

Este criticismo induz o pesquisador a alcançar uma verdade temporária, sujeita a refutações, e, com isso são possíveis os avanços nas ciências humanas. A objetividade na ciência está alicerçada em uma tradição crítica vigorosa capaz de ultrapassar dogmas. Logo, segundo Popper, o método científico é que deve ser objetivo, jamais o cientista. Um cientista natural não é mais objetivo que um cientista social, o método é que agrega e impõe objetividade à pesquisa. Para Popper “É um erro admitir que a objetividade de uma ciência depende da objetividade do cientista”. A objetividade encontra-se na crítica recíproca entre os cientistas e não na impessoalidade individual dos cientistas. Popper chega a afirmar que um cientista objetivo, com isenção, não é um cientista ideal e que sem paixão não se chega a lugar algum (POPPER, 1978).

O conhecimento começa por algo, por um problema, e esse algo está impregnado de influências. Nessa lógica, Popper reconhece a inexorabilidade da presença de elementos ideológicos na pesquisa em ciências sociais, ao aludir a valores extra-científicos que a influenciam, porém comete ao criticismo do método a tarefa de afastar estes valores dos valores científicos. Tais valores – extra-científicos – podem estar presentes como obstáculos ideológicos contrários aos avanços na ciência, mas podem igualmente ser identificados e escoimados pela abertura à crítica e ao falseamento contidos no método.

É certo que mesmo diante de obstáculos podem ocorrer avanços científicos e conforme o autor um dogmatismo limitado é

necessário para um avanço científico nessa área do conhecimento. A defesa de velhas teorias e os avanços científicos em tempos de perseguições religiosas demonstram tais avanços. A defesa vigorosa de teses predominantes contra críticas oriundas de teses inovadoras, invariavelmente fomentam o debate científico e colaboram para o seu caminhar no sentido da busca da verdade. Importa destacar que essa disputa saudável no meio científico, impulsiona o avanço na ciência.

O que se procura através da crítica preconizada por Popper dentro do método dedutivo é se chegar ao grau de objetividade possível na ciência. Essa objetividade científica deve basear-se no criticismo, na refutação metodológica, no debate desenvolvido dentro da comunidade científica que contribui para o progresso científico. Há teorias que apesar de não conseguirem alcançar uma verdade objetiva, aproximam-se mais desta verdade do que outras teorias, demonstrando também seu valor científico.

Não se consegue eliminar fatores extra-científicos da pesquisa científica, e tal se dá tanto na pesquisa social como no campo natural. O que nos orienta o método do autor é a separação de avaliações extra-científicas da verdade, é a cisão de interesses extra-científicos dos interesses científicos para a verdade. Para ele a busca pela ciência pura é um ideal presumidamente inalcançável, mais devemos lutar diariamente para alcançá-la.

Como se vê, a objetividade está na postura da comunidade científica de através da crítica apontar que uma teoria é falsa. Se há uma explicação causal, termo utilizado por Popper, para explicar um fato ou um fenômeno que aponte para uma derivação lógica entre as condições iniciais da pesquisa e a teoria desenvolvida, aludida teoria pode ser temporariamente considerada verdadeira até uma nova refutação (POPPER, 1978).

No mais que concerne à objetividade e superação do obstáculo ideológico, o pesquisador deve ter a ousadia de buscar a verdade e a humildade de aceitar o erro como etapa inafastável do processo. A pesquisa científica necessita desvestir-se da arrogância e dos ares de

sacralidade conferidos pelo cientificismo naturalista em ordem a potencializar avanços e descobertas.

Todavia, evitar erros é um ideal pobre: se não ousarmos atacar problemas tão difíceis que o erro seja quase inevitável, então não haverá crescimento do conhecimento. De fato, é com as nossas teorias mais ousadas, ‘inclusive as que são errôneas’, que mais aprendemos. Ninguém está isento de cometer enganos; a grande coisa é aprender com eles (POPPER, 1999, p.177).

Nesse diapasão podemos afirmar que existe um método lógico objetivo para as ciências sociais, e que tal método pode ser alcançado com interferências subjetivas ou psicológicas minimizadas pela crítica e pelo falseamento. Pois, como aduz Popper, “embora não possamos justificar nossas teorias racionalmente e não possamos, nem mesmo, provar que são prováveis, podemos criticá-las racionalmente” (POPPER, 1978, p.34). Podemos distinguir teorias, podemos afirmar que umas são melhores que outras e assim podemos conhecer melhor.

Nos tópicos IX a XIV do capítulo “A Racionalidade das Revoluções Científicas da Lógica das Ciências Sociais”, Popper alude a duas vertentes da ideologia que podem comprometer o progresso da ciência, a saber, os obstáculos ideológicos de índole econômica e obstáculos ideológicos propriamente ditos.

Sob o prisma econômico, a pobreza pode, trivialmente, ser um obstáculo (embora grandes descobertas teóricas e experimentais tenham sido feitas a despeito da pobreza). Em anos recentes, todavia, tem se tornado, razoavelmente, claro que a influência pode ser também um obstáculo: dólares demais podem perseguir ideias de menos (POPPER, 1978, p.134).

Realmente, embora nos referidos tópicos IX a XIV do capítulo A Racionalidade das Revoluções Científicas elabore a classificação em termos de “obstáculos econômicos e obstáculos ideológicos”, resta claro que a ausência ou excesso de recursos, na medida em que podem toldar a visão do pesquisador acerca da realidade, cerceando-lhe as ideias – vertente econômica – é uma hipótese de impedimento ideológico advindo de condicionamentos econômicos.

Para Popper os mais amplamente reconhecido dos obstáculos ideológicos é a intolerância ideológica ou religiosa. Alude a vários exemplos históricos como o de caso de Giordano Bruno e de Galileo. Todavia, afirma Popper que esses obstáculos podem contribuir de sobremaneira para o avanço das ciências, como no caso da inquisição que pode ter feito mais a favor do progresso da ciência do que contra ela.

Deve-se está aberto a novas ideias, o progresso na ciência depende da aceitação de ideias novas, não simplesmente porque são novas, mais porque é assim ocorre o avanço na ciência. Muitas ideias previamente rejeitadas foram posteriormente havidas como verdadeiras revoluções científicas.

Os obstáculos ideológicos dentro da ciência, são verdadeiramente os mais perigosos para o seu avanço. O dogmatismo arraigado em uma teoria, afastando dela qualquer crítica científica e a tratando como algo irrefutável traz um prejuízo avassalador ao progresso na ciência. Segundo Popper, “Mais existe um perigo até maior; uma teoria, mesmo uma teoria científica, pode tornar-se uma moda intelectual, um substituto para a religião, uma ideologia entrincheirada”.

Como se vê, o autor alude ao problema da ligação entre ideologia e ciência, fazendo com que pessoas confundam revoluções científicas e ideológicas. Para Popper qualquer teoria que não seja científica, credo ou visão do mundo que interesse as pessoas e até cientistas pode ser chamada de ideologia.

Ele aponta como maior causa para essa confusão entre ideologia e ciência é o declínio da religião na nossa sociedade. Por isso aponta a importância de diferenciar uma revolução científica de uma ideológica, sempre com foco no racionalismo e no criticismo.

Uma revolução ideológica é uma moda intelectual que pode servir a racionalidade mais também pode eliminá-la. Pode acabar com uma revolução científica anterior, sem preservar aquilo que ela tem de bom. Já a revolução científica preserva o sucesso da anterior, e a partir daí impõe um progresso a ciência. Ela consegue

racionalmente refutar uma descoberta científica anterior, no dizer do autor “quebrando uma tradição” e ao mesmo tempo aperfeiçoá-la.

O autor não impõe uma racionalidade plena aos cientistas, pelo contrário, essa racionalidade diz respeito ao método científico que “que se os cientistas individuais tornarem-se “objetivos e racionais” no sentido de “imparciais e desprendidos”, então encontra-se barrado o progresso na ciência por um obstáculo impenetrável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de enfrentamento metodológico da ideologia na pesquisa em ciências sociais enquanto empecilho à objetividade científica através do pensamento de Karl Popper exposto na obra *Lógica das Ciências Sociais*, é medida possível, desde que afastando o obstáculo epistemológico da ideologia no âmbito das ciências sociais.

A busca da verdade ou da aproximação da verdade depende sempre da crítica séria e da refutação objetiva como forma do desenvolvimento da ciência.

Para Popper toda ciência tem que ser racional e ter um método próprio, em ordem a tornar-se produtiva e inovadora. Tem-se que, para as ciências da natureza preconiza o original método hipotético-dedutivo, no caso das ciências sociais, o mesmo defende que deva ser aplicado o tradicional método dedutivo, o qual parte de enunciados gerais para os particulares e, em seguida, aplica a indução como método de verificação ou confirmação.

O método dedutivo delineado por Popper para as ciências humanas deve igualmente submeter as conclusões (juízos sintéticos ou enunciados particulares) obtidas pela análise dos enunciados

gerais (juízos analíticos) a rigorosa crítica metodológica, seguida de falseamento. Esse falseamento dos juízos sintéticos (enunciados particulares) consiste na culminância da etapa crítica e simultaneamente no mecanismo de confirmação.

Em havendo sucesso no falseamento da conclusão obtida no processo dedutivo, esta deve ser afastada; em superada a fase do falseamento sem comprovação da falsidade da conclusão, ela é confirmada temporariamente.

Como se observa, é o criticismo metodológico é a chave da superação da ideologia enquanto obstáculo epistemológico ao desvelamento da verdade sobre o objeto da pesquisa. Especificamente no que respeita à ideologia, portanto, Popper verifica como um dos grandes desafios do método dedutivo que delinea para as ciências sociais a questão da objetividade. Tal conhecimento objetivo, não pode ser alcançado em sua plenitude, pois a apreensão dos fenômenos sociais pelo pesquisador sofre influências de fatores sociais, filosóficos, políticos e ideológicos.

Este criticismo induz o pesquisador a alcançar uma verdade temporária, sujeita a refutações, e, com isso são possíveis os avanços nas ciências humanas. A objetividade na ciência está alicerçada em uma tradição crítica vigorosa capaz de ultrapassar dogmas. Logo, segundo Popper, o método científico é que deve ser objetivo, jamais o cientista.

O cientista deve ter a humildade de Sócrates, a consciência da posição privilegiada que detém em nossa sociedade e deve buscar soluções para os problemas sociais que afetam o mundo, aproximando a ciência da realidade e fazendo com que os avanços científicos tenham impacto direto no bem-estar da população.

Data de Submissão: 05/06/2019

Data de Aprovação: 28/01/2020

Processo de Avaliação: *double blind peer review*

Editor Geral: Jailton Macena de Araújo
Editor de Área: Jailton Macena de Araújo
Assistente Editorial: Maria Aurora Medeiros

REFERÊNCIAS

- APEL, Karl-Otto. **Transformação da filosofia I.** Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BLEICHER, Josef. **Hermenêutica Contemporânea.** Tradução de: Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 2002.
- CORETH, Emerich. **Questões Fundamentais de Hermenêutica.** Tradução de: Carlos Lopes de Matos. São Paulo: E.P.U., Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo.** Tradução de José da Silva Brandão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método.** Tradução de Flávio Paulo Meurer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo.** 2v. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Tradução de: Márcia Sá Cavalcante Schuback. 13 ed. Petrópolis: Editora Vozes, Parte I, 2004.
- LIMA, Paulo Gomes; PEREIRA, Meira Chaves. **Sobre o racionalismo e o empirismo no campo pedagógico.** In: Revista Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.1, n.1, jan./abr. 2017, p.67-76.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã – teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1984.
- MOREIRA, Raquel Ribeiro. **Filosofia da linguagem: a intencionalidade em Austin e Searle.** In: Revista Entrelinhas – Vol. 6, n. 1, jan./jun. 2012, p.1-15.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Reviravolta Lingüístico-pragmática na Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Tradução de: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1969.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Bath. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1982.

POPPER, Karl. **Lógica das ciências sociais**. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Morais e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

POPPER, Karl. **O mundo de Parmênides: ensaios sobre o iluminismo pré-socrático**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2014.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Tradução de Silvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEIN, Ernildo. **A caminho de uma fundamentação pós-metafísica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STEIN, Ernildo. **A caminho de uma fundamentação pós-metafísica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STEIN, Ernildo. **Crítica da ideologia e racionalidade**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

STRECK, Lenio. **Hermenêutica juridical e(m) crise**. 8 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Direito, humanismo e democracia**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria pura do direito: repasse crítico de seus principais fundamentos**. 2 ed. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

The Logic Of Social Sciences And Scientific Objectivity: Popper's Criticism As A Tool For Overcoming Ideology

Francisco José Guimarães Peixoto

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

Monica Mota Tassigny

Abstract: This article uses the deductive method in bibliographic research with the objective of analyzing Karl Popper 's thinking about objectivity and ideology exposed in the work of the Social Sciences Logic in the face of the question about which mechanisms can be used in scientific research in human sciences capable of surpassing the epistemological obstacle of ideology. For this, in the first topic, we introduce the theme of ideology and the various conceptualizations resulting from the evolution of the investigations in this respect. In the second topic, the theses described in Popper's Social Sciences Logic are critically examined. Lastly, the conclusions are drawn.

Keywords: Epistemological obstacle. Scientific objectivity. Ideology.